



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

**RESPOSTA**

**RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA M. J. G. DE OLIVEIRA**

**I. DO RELATÓRIO**

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **M. J. G. DE OLIVEIRA**, sob id 0036524448 no dia **13 de março de 2023**, em face da análise da comissão de fiscalização do presente chamamento público, junto à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, a qual encaminhou a esta Secretaria no dia 17 de março de 2023, conforme id 0036645176.

A recorrente alega que no momento que a equipe técnica compareceu ao estabelecimento para verificar as adequações solicitadas na primeira vistoria, a empresa já estava em fase de conclusão daquelas, de modo que teria atendido “os padrões exigidos tanto sanitário como ambiental”.

Em sede recursal, a empresa asseverou que investiu recursos financeiros para promover os ajustes requeridos por esta SEAS, de sorte que não se manteve indiferente aos termos do relatório de visita técnica.

Por fim, pede uma nova vistoria da equipe técnica com a consequente elaboração de novo relatório, concedendo-lhe a aprovação e, como resultado, o seu credenciamento no Programa.

**II. DA ANÁLISE**

Após análise do recurso apresentado, constatou-se que a empresa, mesmo que em sede recursal, realizou todas as adequações ora exigidas.

Somado a isso, tem-se que o principal objetivo do Programa Prato Fácil é fornecer refeições saudáveis à população em situação de vulnerabilidade no Estado de Rondônia de forma ampla e que atenda o máximo de pessoas em estado de necessidade.

De mais a mais, no âmbito nacional, existe a figura de fato superveniente, onde, ante a existência de algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito que possa influir no julgamento, permite a análise dos fatos expostos nas razões recursais da empresa.

Paralelamente, considerando que a Administração Pública não pode exceder os limites de modo que se enquadre no **formalismo excessivo**, assim cumprindo as normas e evitando a exclusão de propostas em prejuízo do interesse público.

O zelo a formalidade dos atos administrativos não deve se opor aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. É sabido que o princípio da razoabilidade deve ser observado não só nas decisões em geral, mas especialmente no Direito Administrativo, bem como em todo o Direito.

A doutrina calcada nos lapidares conceitos expendidos por Diogo de Figueiredo Moreira Neto, assim se manifesta sobre a razoabilidade nas decisões administrativas:

A superação do formalismo axiológico e do mecanismo decisorial fica a dever a lógica do razoável, que põe em evidência que o aplicador da Lei, seja o administrador, seja o juiz, não pode desligar-se olímpicamente do resultado de sua decisão e entender que cumpriu o seu dever com a

simples aplicação silogística da lei aos fatos.

À luz da razoabilidade, o Direito, em sua aplicação administrativa ou jurisdicional contenciosa, não se exaure num ato puramente técnico, neutro e mecânico; não se esgota no racional nem prescinde de valorações e de estimativas: a aplicação da vontade da Lei se faz por atos humanos.” (in Curso de Direito Administrativo. Forense. 10ª ed, 1994. pg. 72.)

Na mesma seara podemos citar a decisão do Mando de Segurança (1ª Seção: MS nº 5.869/DF, rel. Ministra LAURITA VAZ):

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

**1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório**, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. **(Original sem grifo).**

A proposta do formalismo moderado é eliminar as inabilitações por motivos insignificantes, buscando proteger a finalidade da licitação. Contudo, isso não significa que a Administração deixará de seguir o edital, mas sim que deve agir de maneira mais razoável. É iterativa, notória, e atual a jurisprudência do TST:

O disposto no *caput* do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, **deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório**, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara).

Para garantir a plena tutela do princípio da isonomia, é preciso fazer uma análise crítica do caso concreto, avaliando se ele oferece a segurança jurídica necessária e se é capaz de atender aos objetivos do credenciamento, independentemente de sua forma de apresentação. Para tanto, isso requer um equilíbrio cuidadoso entre os princípios basilares da Administração pública, e a decisão final deve ser aquela que melhor se adapta às necessidades do procedimento adotado.

Consubstanciado a isso, tem-se que a decisão, aqui revista, **demonstra não só a análise estrita dos fatos, como também, o esforço empregado da recorrente para realizar as adequações ora exigidas.**

O credenciamento é uma espécie de contratação direta prevista no **artigo 25 da Lei n.º 8.666/93**. Uma de suas principais características é **sua aplicabilidade restrita a situações em que não é viável ou não há possibilidade de competição, o que é atestado e comprovado.**

Carlos Ari Sundfeld, ao falar do credenciamento, utiliza este fato para caracterizar o credenciamento:

Se a Administração pretende credenciar médicos ou hospitais privados para atendimento à população e se admite credenciar todos os que preencham os requisitos indispensáveis, não se há de falar em licitação. **É que o credenciamento não pressupõe disputa, que é desnecessária, pois todos os interessados aptos serão aproveitados.** (SUNDFELD, Carlos Ari. *Licitação e contrato administrativo*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995). **(Original sem grifo).**

O fato de não ser necessária a competição, consequentemente não acarreta em outra possibilidade, senão **o direito ao credenciamento, quando todos os critérios de habilitação tenham sido devidamente satisfeitos.**

Não obstante, o instituto do credenciamento, conforme entendimento jurisprudencial do TCU a respeito:

O credenciamento é hipótese de inviabilidade de competição não expressamente mencionada no art. 25 da Lei 8.666/93 (cujos incisos são meramente exemplificativos). Adota-se o credenciamento quando a Administração tem por objetivo dispor da maior rede possível de prestadores de serviços. Nessa situação, a inviabilidade de competição não decorre da ausência de possibilidade de competição, mas sim da ausência de interesse da Administração em restringir o número de contratados. **(Acórdão 3567/2014 Plenário, 09/12/2014).**

Dessa forma, considerando a natureza jurídica do credenciamento (o qual não comporta restrições ou competições), a plena aplicabilidade dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a satisfação das exigências estruturais, bem como o objetivo desta Secretaria em ampliar o programa à

população, reconsidera-se a decisão de inaptidão da recorrente.

Insta consignar que, **em virtude das adequações serem posteriores ao prazo estabelecido anteriormente, será realizada nova visita para comprovação do alegado em sede recursal. Uma vez constatado o não cumprimento integral quanto às adequações necessárias, o respectivo estabelecimento poderá ser descredenciado, nos moldes do Termo de Referência.**

### III. DA CONCLUSÃO

Dessa forma, considerando o cumprimento das exigências editalícias, esta Secretaria manifesta-se pelo acolhimento dos termos delineados no recurso administrativo interposto pela empresa **M. J. G. DE OLIVEIRA**.

Por todo exposto, diante da adequação da empresa ao disposto no termo de referência e edital quando da visita técnica, **DECLARAMOS A EMPRESA COMO APTA AO CREDENCIAMENTO**, ressaltando que as condições de habilitação deverão ser mantidas durante toda a execução contratual.

Porto Velho, 22 de março de 2023.

**CARLOS EUGÊNIO SOUSA SILVA JÚNIOR**  
Gerente de Segurança Alimentar e Nutricional - GSAN

**MARCILENE MOURA DA SILVA SANTANA**  
Coordenadora Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - COSAN

**BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO**  
Diretor Técnico de Políticas Públicas - DIRT



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO**, **Diretor(a)**, em 22/03/2023, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eugênio Sousa Silva Júnior**, **Gerente**, em 22/03/2023, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCILENE MOURA DA SILVA SANTANA**, **Coordenador(a)**, em 22/03/2023, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036792756** e o código CRC **7C553A8E**.